

05/11/2015

APEOESP

111

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

APEOESP e movimentos sociais reúnem-se com o Secretário da Educação e se manifestam contra a bagunça na rede estadual de ensino

Secretário diz que a “reorganização” vai continuar e que houve democracia e participação no processo

As entidades que compõem o Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo estiveram reunidas na tarde desta quarta-feira, 4/11, com o Secretário Estadual da Educação para discutir a bagunça que o governo vem fazendo na rede estadual de ensino.

As entidades presentes à reunião foram aquelas que, nominalmente, assinaram o ofício que solicitou a audiência, tão logo foi formalizado o “Grito”.

Reunião representativa

Além da APEOESP, estiveram presentes e se manifestaram representantes da

**NENHUMA ESCOLA FECHADA!
NENHUMA SALA SUPERLOTADA!**

Assembleia Estadual

10

12h

Novembro

ESTAMOS EM ESTADO DE GREVE CONTRA A BAGUNÇA NA REDE DE ENSINO

FEIÇA

APEOESP

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
FILIAL
CNTB e **CUT**

GRITO
PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE NO ESTADO DE S. PAULO

ESCOLA PÚBLICA!

LOCAL: CONCENTRAÇÃO EM FRENTE AO ESTÁDIO DO MORUMBI

**APÓS ASSEMBLEIA, ATO PÚBLICO:
“GRITO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO”**

AFUSE, Central de Movimentos Populares (CMP), Central das Trabalhadoras e Trabalhadores Brasileiros (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT/SP), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), União dos Movimentos de Moradia (UMM), União Municipal dos Estudantes (UMES), União Estadual dos Estudantes (UEE), União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Contra o autoritarismo

Nesta reunião altamente representativa dos movimentos sociais, todas as entidades se manifestaram contra a “reorganização” em curso, sobretudo pela forma autoritária como vem se realizando, sem diálogo com as comunidades escolares e com a sociedade.

Em sua fala a Presidenta da APEOESP, Maria Izabel Noronha, cobrou do Secretário da Educação um processo transparente de tomada de decisões que afetem a rede estadual de ensino, os direitos dos estudantes, os direitos profissionais dos professores e a qualidade do ensino, lembrando que a APEOESP tem uma postura combativa e reivindicatória, mas nunca se furtou em discutir soluções para todos os problemas que se apresentam.

Também mencionou o caso da escola rural Augusto Melega, na qual a comunidade local tem grande participação e que se for fechada fará com que muitas crianças tenham que caminhar até oito quilômetros até a unidade escolar mais próxima. A Presidenta da APEOESP, seguida pelas demais entidades, propôs que sejam criadas comissões nas escolas para que a comunidade possa opinar e decidir sobre o destino de cada uma delas. Ou que os conselhos de escola sejam ouvidos e decidam.

Em sua resposta o Secretário disse que o processo de reorgani-

zação vai continuar e afirmou que sua orientação fora para que os dirigentes e diretores de escolas convocassem os conselhos de escola para realizar essa discussão no processo de definição de quais escolas passariam pela reorganização ou seriam fechadas. Com relação a isso, a Presidenta da APEOESP respondeu que causa muita estranheza que 100% dos dirigentes e diretores tenham descumprido a orientação do Secretário, pois não se tem notícia de que conselhos de escola tenham participado desta definição.

Entidades manifestam seus posicionamentos contra a bagunça

Gilmar Mauro, do MST, destacou a questão de escolas rurais que estão sendo programadas para fechamento e os transtornos que isto poderá causar, salientando que há necessidade de mais escolas públicas no campo. O MTST, por meio de Guilherme Boulos, manifestou-se contra o fechamento, alertando, como tem feito publicamente, que poderá ocupar unidades que venham a ser fechadas, sobretudo na periferia. Sidnei Pita, representante da UMM, assinalou o impacto do fechamento de escolas frequentadas por estudantes trabalhadores, que passarão a sobrecarregar outras unidades (como no caso da região do Brás, em São Paulo) ou poderão desistir dos estudos. Benedito Barbosa, representando a Central de Movimentos Populares, também cobrou respeito aos direitos da população mais pobre, que mantém seus filhos nas escolas públicas e que sofrerá as consequências da chamada “reorganização”.

Representantes da CUT/SP e da CTB, Douglas Izzo e Paulo José, apresentaram o posicionamento dos trabalhadores contra a bagunça que está sendo feita. Destacaram o

direito de todos e todas a educação pública de qualidade, em escolas próximas de suas residências. Porém, disseram, o fechamento de escolas e a reorganização podem fazer com que crianças corram riscos à sua integridade física, além de todos os transtornos causados às famílias. A AFUSE, por intermédio de seu representante, Sidney Xavier, cobrou o reajuste salarial devido tanto aos funcionários quanto aos professores, realçando que, além de não cumprir o que fora prometido, agora o Governo ainda realiza mais um ataque, com a reorganização, forçando a transferência dos profissionais da educação para outras unidades.

Os representantes das entidades estudantis, Ângela Meyer (UPES), Marcos Kauê (UMES) e Peter Lucas (UEE) também criticaram duramente a forma autoritária adotada pelo Governo no processo e denunciaram que em diversas escolas diretores e dirigentes tomaram medidas repressivas contra as manifestações estudantis, inclusive com o fechamento de grêmios e afirmaram que esse tipo de “reorganização” não irá melhorar a rede estadual de ensino; pelo contrário, causará ainda mais problemas.

A mobilização continua

Diante da afirmação do Secretário de que o processo continuará, as entidades reafirmaram de forma contundente o posicionamento contra a bagunça que está sendo feita e manifestaram a intenção de continuar a mobilização, pois não é esse tipo de medida que querem ver implantada na rede estadual de ensino e sim medidas que levem a educação pública paulista a ter mais qualidade e a oferecer mais perspectivas de futuro para seus estudantes.

Foi, afinal, uma reunião importante, mostrando ao Secretário que a luta por educação pública de qualidade não está restrita aos

professores e que a APEOESP conta com respaldo social para a campanha que está desenvolvendo com as demais entidades.

Ganham, assim, grande importância a ASSEMBLEIA E ATO

PUBLICO QUE REALIZAREMOS NO DIA 10/11, ÀS 12 HORAS, NO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES e também nossa participação nas escolas, no dia 14/11, quando devemos exigir que os conselhos

de escola sejam convocados para discutir e barrar o fechamento de escolas e a reorganização que prejudicará ainda mais as comunidades escolares da rede estadual de ensino.

Datafolha confirma: maioria rejeita a bagunça do governo na rede estadual de ensino

Resultados da pesquisa do Datafolha divulgados nesta quarta-feira, 4/11, comprovam o que já está cristalino. A maioria da população não aceita a bagunça que o governo faz na rede estadual de ensino, chamada de "reorganização".

De acordo com a pesquisa, realizada entre os paulistanos, 59% são contra a reorganização, 28% favoráveis, 3% são indiferentes e 9% não quiseram responder. Seis em cada dez entrevistados (62%) consideram essa medida do Governo não vai melhorar a educação pública.

Você pode ler a íntegra da matéria em:

<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1701990-59-dos-paulistanos-reprovam-remanejamento-de-alunos-no-estado.shtml>

Existe uma ditadura no estado de São Paulo

Governo Alckmin quer nos impedir de realizar manifestações nas DEs e escolas

Diante da insatisfação geral contra a bagunça que vem fazendo na rede estadual de ensino, o Governo do Estado, autoritariamente, está tentando intimidar a APEOESP e todo o movimento que vem sendo realizado, buscando caracterizar nossa entidade com "depredadora" de patrimônio público.

O Tribunal de Justiça de São Paulo concedeu liminar parcial ao Governo do Estado no sentido de proibir que a APEOESP promova "invasões e esbulho" nas diretorias e ensino e outros órgãos do Estado (leia-se escolas). A multa diária em caso de descumprimento é de R\$ 100.000,00.

A ação do Governo baseia-se em notícia de determinado site na internet que erroneamente atribuiu à APEOESP a informação de que promoveria ocupações nas DEs nesta quinta-feira, 5/11. Na realidade, neste quinta estão ocorrendo aulas aos estudantes sobre a chamada "reorganização" da rede, utilizando a cartilha que foi distribuída em todo o estado. Não há no boletim Informa Urgente

110, que noticiou as decisões da assembleia do dia 29/10, nenhuma menção a ocupações de diretorias de ensino.

A orientação da APEOESP é para que as manifestações ocorram em frente às diretorias de ensino. Os manifestantes devem permanecer do lado de fora das DEs durante as manifestações. Comissões podem ingressar nos prédios, desde que haja concordância do(a) dirigente.

O que causa estranheza e revolta é que seja tomada uma medida proibitória sem que nenhum fato seja relatado. Obviamente, o Estado pode agir diante de algum fato ocorrido, mas cercear a liberdade de organização e manifestação com base em medida intimidatória é próprio de ditaduras.

A APEOESP ingressou com recurso contra a liminar concedida ao Governo.

